

DOI: 10.46943/IV.CONBRALE.2022.01.026

PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE NO AMBIENTE ESCOLAR

MÔNICA FARIAS ABU-EL-HAJ¹
MARIA MAIARA SOUSA PATRICIO²
RAQUEL SIQUEIRA DA SILVA³

RESUMO

O trabalho apresenta os resultados parciais da primeira etapa do projeto de extensão “Construindo práticas de alfabetização e letramento: uma proposta de formação docente desenvolvida no ambiente da escola pública”. O objetivo do projeto é desenvolver uma proposta de formação continuada para professoras alfabetizadoras da rede pública de ensino em diálogo com suas práticas e vivências pedagógicas, fundamentada nos conceitos de alfabetização e letramento. O projeto nasceu da nossa atuação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) em uma escola do município de Fortaleza e foi concebido a partir de um convite feito pela própria gestora da instituição diante dos desafios que permeiam os processos de alfabetização das crianças na rede pública de ensino. O projeto compreende duas grandes etapas: 1. O desenvolvimento da formação docente, em consonância com os pressupostos teórico-metodológicos da alfabetização na perspectiva do letramento (SOARES, 2020, 2018, 2005; MORAIS, 2019, 2012) e; 2. A elaboração de uma proposta de alfabetização pelas próprias professoras da escola, como resultado do processo formativo, a ser aplicada em suas turmas do 1º e 2º anos do ensino fundamental. O trabalho em pauta

1 Professora do curso de pedagogia da Universidade Estadual do Ceará- UECE, monica.farias@uece.br;

2 Graduada do curso de pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, maiara.patricio@aluno.uece.br;

3 Graduanda do curso de pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, raquel.siqueira@aluno.uece.br;

apresenta os resultados parciais da primeira etapa do projeto, relativos aos sete encontros formativos realizados junto às professoras do ciclo alfabético. Dentre outros resultados, aponta para o valor da escola enquanto espaço privilegiado de formação docente, isso ocorrendo em função das discussões teóricas se darem em diálogo com as práticas de alfabetização que as professoras desenvolvem em sala de aula.

Palavras-chave: Formação continuada, Professor alfabetizador, Práticas de alfabetização.

INTRODUÇÃO

O trabalho descreve os resultados parciais do projeto de extensão intitulado “Construindo práticas de alfabetização e letramento: uma proposta de formação docente desenvolvida no ambiente da escola pública”, cujas ações voltam-se para o desenvolvimento de uma proposta de formação continuada para professoras alfabetizadoras que atuam no 1º e 2º anos do ensino fundamental em uma escola localizada no município de Fortaleza. Ao apresentar uma experiência de formação continuada desenvolvida no chão da escola, o trabalho busca apontar para as especificidades dos processos de formação docentes quando trabalhados a partir da realidade escolar de professores e alunos.

Estudos que analisam os resultados dos programas de formação continuada de professores alfabetizadores, a exemplo do PNAIC, mostram a natureza prescritiva de suas ações, visto que partem de atividades pedagógicas desvinculadas do contexto escolar dos professores. Sem desconsiderar o valor de tais programas para a mudança na concepção e práticas de alfabetização dos professores que hoje atuam nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública de ensino, é preciso considerar que estes se pautam em modelos normativos, voltados para o como fazer e não para o que o professor já faz em sua sala de aula. Assim, o projeto de extensão em pauta nasceu do nosso desejo de trabalhar com uma proposta de formação que dialogasse com as experiências e vivências pedagógicas do professor no espaço escolar. Para desenvolver o projeto, buscamos inicialmente conhecer a breve história das políticas de formação continuada do professor alfabetizador no Brasil e seus impactos nas práticas de alfabetização das crianças.

Desde o final dos anos de 1980 passamos a vivenciar uma mudança substancial na concepção e modo de proceder com a alfabetização de criança, influenciada pelo contato da academia brasileira com obras oriundas de outros países e que passaram a abordar a alfabetização escolar dentro de novos pressupostos teóricos, a exemplo dos estudos da psicogênese da língua escrita (FERREIRO e TEBEROSKY, 1999), dos estudos que discutem o papel das habilidades de consciência fonológica da criança na aquisição do sistema da escrita alfabética (MORAIS, 2019; SOARES, 2018), e dos estudos que defendem o conceito e as práticas de letramento como primordiais ao aprendizado da língua escrita. (SOARES, 2018)

Todos esses trabalhos se mostraram de grande valia para uma outra forma de pensar e proceder com a alfabetização na educação infantil e

anos iniciais do ensino fundamental. Ao analisar os documentos oficiais que descrevem os propósitos e metas das políticas nacionais de alfabetização nas três últimas décadas, dois aspectos chamam atenção. O primeiro se refere à adoção de uma concepção de alfabetização mais abrangente, interligada ao conceito de letramento. O segundo, à implantação de uma política de formação continuada para os professores alfabetizadores.

Inserida na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) de 1996, as políticas de formação continuada do professor alfabetizador teve início de forma mais ampla e sistemática na primeira década deste século, com a implantação do Programa de Formação de

Professores Alfabetizadores (PROFA), em 2001, seguido do Pró-Letramento, em 2005, do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), em 2012, e do Tempo de Aprender em 2019. (BARBOSA, CABRAL, GOULART, 2022; TEIXEIRA, SILVA, 2022). De acordo com Teixeira e Silva (2022), as referidas políticas podem ser divididas em dois momentos: enquanto o PROFA, o Pró-Letramento e o PNAIC possuem um discurso fundamentado no construtivismo, no letramento e na consciência fonológica, o Tempo de Aprender, vinculado à Política Nacional de Alfabetização (PNA) do governo Jair Bolsonaro retorna ao cenário dos métodos tradicionais de alfabetização, mais especificamente do método fônico.

Morais (2022) observa que tais políticas passaram por uma fase de crescentes investimentos, tanto no que concerne os recursos financeiros quanto pedagógicos, apresentando-se o PNAIC como o modelo mais emblemático deste período de ascensão. Entretanto, a partir de 2018, ocorrem transformações consideráveis na política nacional de formação continuada de professores alfabetizadores, sendo as mais significativas a promulgação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a mudança na concepção de alfabetização adotada pela PNA. Assim, as propostas de alfabetização do governo Bolsonaro atuam na contramão do que vem sendo apontado pela teoria da psicogênese da língua escrita e demais programas e ações para a área, deixando de lado toda a discussão acerca das etapas de desenvolvimento que a criança vivencia no processo de aquisição da língua escrita. (BARBOSA; CABRAL; GOULART, 2022, p. 65).

No Ceará a dinâmica da política de formação continuada dos professores alfabetizadores também viveu momentos de ascensão e rupturas. Em 2007 o governo do Ceará, diante das expressivas taxas de analfabetismo das crianças da rede pública de ensino, lança o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), uma política arrojada de combate ao fracasso escolar nos anos iniciais do ensino fundamental. A despeito

das críticas que desde cedo alguns especialistas dirigiram ao programa, sobretudo quanto à natureza prescritiva de seu material didático e de suas formações continuadas (MORAIS, 2022; OLIVEIRA, ALMEIDA, 2019; COSTA, 2016), o impacto positivo de suas ações sobre os índices de analfabetismo infantil no estado lhe rendeu repercussões nacionais e o crédito de divisor de águas no cenário educacional local.

No transcorrer de seu desenvolvimento, todavia, o PAIC passa por reconfigurações, como a implantação em 2009 do Prêmio Escola Nota 10 e a efetivação em 2019 de um convênio com a organização Nova Escola para a elaboração do novo material didático do programa. Essas duas mudanças refletiam o alinhamento mais efetivo do PAIC com as tendências neoliberais das políticas educacionais: de um lado, o Prêmio Escola Nota 10 consolidava a opção do governo estadual por uma política de resultados, quando a dinâmica escolar passa a viver em função das avaliações externas; de outro, o convênio da Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC) com a Nova Escola, efetivado mais recentemente, demonstra o peso das denominadas PPP (Parcerias Públicos-Privados) no contexto das políticas educacionais. (PASQUALETTE, 2018)

Essas duas mudanças, a nosso ver, provocaram rupturas num projeto de educação que tinha em seu embrião um compromisso com a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem no ciclo alfabético, pautados que estavam nas novas abordagens de alfabetização da criança e no esforço de implantar uma proposta de formação continuada que oferecesse aos professores subsídios para que enfrentassem a realidade do fracasso escolar nos anos iniciais do ensino fundamental. Hoje uma das pautas mais recorrentes na fala das professoras alfabetizadoras é a preocupação com as avaliações externas. Para elas, não adianta discutir fundamentos e práticas de alfabetização quando, na maior parte do tempo, precisam priorizar em sala procedimentos e exercícios que preparem os alunos para enfrentar as avaliações externas.

Foi buscando compreender e atuar dentro deste cenário, que desenvolvemos nosso projeto de extensão, voltado para a formação continuada do professor alfabetizador em uma escola da rede pública de Fortaleza. Com previsão de dois anos (março de 2022 a fevereiro de 2024), o projeto compreende duas etapas: a primeira, em andamento desde março de 2022, busca trabalhar com as professoras os fundamentos teóricos e práticos da alfabetização na perspectiva do letramento. Para discutir os conceitos de alfabetização e letramento buscamos dialogar com as obras de Emília Ferreira (1999), Magda Soares (2020, 2018, 2005), Artur Gomes de Moraes (2019, 2012), Ana Luiza Smolka (2008), dentre outras,

e sempre tomando como referência as práticas e vivências pedagógicas das professoras.

A segunda etapa do projeto, programada para acontecer no ano de 2023, prevê a elaboração pelas professoras da escola de uma proposta de alfabetização a ser adotada em suas turmas de 1º e 2º anos do ensino fundamental. O trabalho em pauta apresenta os resultados parciais da primeira etapa do projeto, relativa aos processos formativos das professoras alfabetizadoras.

METODOLOGIA

Conforme posto, o objetivo principal do nosso projeto de extensão é o desenvolvimento de uma proposta de formação continuada para professoras alfabetizadoras dentro do ambiente escolar. A proposta surgiu como resultado da nossa atuação no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) em uma escola da rede municipal de Fortaleza localizada em um bairro periférico da cidade. Ao acompanhar nossas atividades do PIBID, a diretora da referida escola nos indagou sobre a possibilidade de realizarmos uma proposta de formação docente dirigida às professoras da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental e que propiciasse um diálogo maior entre elas acerca dos procedimentos de alfabetização nesses dois ciclos.

De acordo com a diretora, um dos problemas que a escola enfrenta é a falta de entendimento das docentes quanto às atividades com a língua escrita que devem ser trabalhadas com as crianças na educação infantil e que possam colaborar com os processos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental. Enquanto as professoras da educação infantil trabalham orientadas por uma perspectiva de formação integral da criança, as professoras dos anos iniciais do ensino fundamental reclamam do atraso das crianças em relação aos níveis de elaboração da língua escrita, observando que muitas chegam ao 1º ano do fundamental ainda pré-silábicas e sem o devido conhecimento das letras do alfabeto.

Diante desse cenário, iniciamos nossos primeiros contatos com as professoras da escola no mês de outubro de 2021, antes mesmo da aprovação final do projeto de extensão na nossa universidade. A ideia desse primeiro encontro e dos dois outros que ocorreram ainda no ano de 2021, era conhecer o grupo de professores e suas expectativas ante uma proposta de formação no ambiente escolar. Na ocasião a diretora conseguiu reunir no nosso primeiro encontro seis professoras/es que atuavam em diferentes etapas da educação escolar: duas da educação infantil, três do

1º ano do ensino fundamental, duas do 2º ano do ensino fundamental, um professor do 5º ano do fundamental, que manifestava interesse pela alfabetização, e a professora responsável pela biblioteca, conhecida pelo seu trabalho com a literatura infantil em salas da educação infantil. Além desse grupo de professores, contamos com a presença da coordenadora pedagógica da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental e da própria diretora. Como estávamos no final do ano letivo e a escola precisava se preparar para receber as avaliações externas do Spaece-Alfa⁴, aplicadas anualmente nas turmas do 2º ano do fundamental das escolas da rede pública, a diretora e coordenadora pedagógica sugeriram uma pausa nos encontros e sua retomada no início do ano letivo seguinte.

Passado o recesso escolar, entramos em contato com a direção da escola para definirmos um calendário de reinício dos encontros formativos. Nesse momento, sentimos uma mudança na postura da gestora, já não tão aberta e acessível como antes às formações. Soubemos depois que sua resistência decorria da situação atribulada em que vivia a escola naquele período de retomada integral do ensino presencial, pós-período pandêmico, e da prioridade dada às avaliações de rendimento escolar dos alunos, solicitadas pela Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de mensurar as perdas na aprendizagem advindas do ensino remoto. Além das avaliações de rendimento escolar, a gestora estava com dificuldade de reunir, em um mesmo dia e horário, tanto os professores da educação infantil quanto os dos anos iniciais do ensino fundamental para participar das formações sem que isso prejudicasse o funcionamento regular da escola.

A essa altura, nosso projeto de extensão já tinha sido aprovado em todas as instâncias da universidade e aguardávamos ansiosas a retomada das formações. Cientes, todavia, da situação que a escola vivia naquele momento, deixamos a diretora a vontade para decidir quanto à continuidade ou não do projeto. A partir de uma conversa aberta com a gestora, a solução encontrada por ela foi reduzir o público alvo do projeto às professoras alfabetizadoras que atuavam com a área de língua portuguesa nos dois primeiros anos do ensino fundamental, duas do 1º ano e duas do 2º ano. Convém observar que a participação do grupo maior de professores nos nossos primeiros encontros, ainda em 2021, foi possível porque à época a escola vivenciava o ensino em regime semi-presencial e, como

4 Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará que identifica e analisa o nível de proficiência em leitura dos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental das escolas da rede pública (estaduais e municipais).

tal, havia a disponibilidade de tempo maior dos professores para participar das formações.

Ao relatar esses percalços iniciais, desejamos chamar atenção para dois aspectos que desde cedo pautariam nossa relação com a escola. Primeiro que precisávamos adaptar nosso projeto à intensa dinâmica de funcionamento da escola, requerendo que fizéssemos frequentes mudanças no calendário dos nossos encontros formativos. O segundo aspecto tem a ver com a resistência inicial das professoras ao projeto, decorrente, imaginamos, do fato da proposta de formação ter partido de um desejo da diretora e não das próprias docentes. A pouca atuação das docentes nos primeiros encontros refletia a falta de credibilidade que tinham diante do que lhes propúnhamos. Sabíamos que só o tempo e o diálogo com as professoras amenizariam esse sentimento inicial de resistência. Assim, à medida que as formações iam se dando fortalecíamos nossos laços de reciprocidade e de confiança, o que nos permitiu aos poucos conhecer as concepções e o modo como as professoras conduzem suas práticas de alfabetização. Vale ressaltar a presença constante e apoio da nova coordenadora pedagógica da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, que passou a acompanhar o projeto a partir de junho de 2022, aos encontros formativos como fator de credibilidade ao nosso trabalho.

No que tange ao perfil social da comunidade escolar, a instituição, localizada em um bairro periférico de Fortaleza, atende a uma população de baixa renda, carente de serviços e assistência social. O relato das professoras alfabetizadoras, da coordenadora pedagógica e diretora sobre as condições de vida das crianças retrata situações de desemprego, violência doméstica e baixa frequência de parte das crianças à escola. Esse quadro de vulnerabilidade, conforme relatam as professoras, requer que tenham um olhar atento e sensível frente aos problemas externos que interferem nos processos de aprendizagem das crianças.

Ao descrever a alfabetização como um processo multifacetado, Magda Soares (2006, p. 20) lembra que a língua escrita não é um meio de comunicação neutro e não contextualizado, mas “profundamente marcado por atitudes e valores culturais, pelo contexto social e econômico em que é usado”. De acordo com a autora, além da escola valorizar a língua escrita em detrimento da língua oral, tende a rejeitar as práticas linguísticas das crianças das classes populares, vistas como mais espontâneas ou informais, atribuindo-lhes um problema de déficit linguístico e ou cultural. Todo esse contexto demanda dos professores um preparo para além das competências pedagógicas, requerendo que compreendam as

diferenças sociais e culturais como algo legítimo e merecedoras de respeito em sua integridade.

Diante do exposto, descrevemos a seguir os sete encontros formativos realizados ao longo do ano de 2022 e os resultados obtidos. Inicialmente acordados para acontecer a cada quinzena, os encontros têm ocorrido uma vez ao mês. A intensa participação das professoras e coordenadora pedagógica em atividades extras sala de aula, como a organização de eventos comemorativos, aplicação das avaliações mensais de desempenho escolar, participação nas formações continuadas da Secretaria de Educação de Fortaleza, dentre outros, impede, conforme mencionado, o cumprimento sistemático do nosso calendário de atividades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro encontro formativo com as professoras no ano de 2022 aconteceu no dia 28 de abril, ocasião em que retomamos os propósitos e temáticas da nossa proposta formativa, anteriormente apresentada, e desejávamos ouvir das professoras alfabetizadoras e coordenadora pedagógica opiniões e sugestões quanto ao que lhes propúnhamos. Antes, manifestamos nossa alegria pela oportunidade de estarmos mais uma vez na escola trocando com elas experiências e conhecimentos sobre os processos de ensino-aprendizagem da língua escrita na rede pública de ensino.

Depois de apresentarmos nossa proposta de temáticas e textos, partindo daquilo que considerávamos importante no debate atual da alfabetização de criança, esperávamos que as professoras e a coordenadora se manifestassem, entretanto, as colocações foram tímidas e pontuais. Aos poucos, soubemos que as professoras não tinham sido comunicadas pela gestora da escola sobre aquele novo encontro conosco. A não participação prévia às professoras, conforme depois apuramos, foi uma forma que a diretora encontrou para levá-las a vivenciar um momento do qual provavelmente declinariam, caso antes fossem consultadas. A falta de credibilidade quanto aos impactos de uma formação nas suas práticas de alfabetização, pareceu-nos ser a razão do comportamento de certa indiferença das professoras em relação ao nosso projeto.

Antes mesmo de visitarmos a escola, sabíamos que qualquer processo formativo demandaria tempo para que as professoras se sentissem interessadas e participativas, requerendo que tivéssemos paciência e sensibilidade na condução das atividades propostas. Buscando estabelecer um diálogo inicial com as professoras, pedimos que elas nos falassem

dos desafios que enfrentam em sala de aula e de que forma poderíamos apoiá-las. Ao expor suas dificuldades, a maioria destacou a interferência do contexto social das crianças como o fator mais adverso aos processos de aprendizagem. Conforme relatam, costumam dar o melhor de si como professoras, mas a realidade social pouco favorável dos alunos, principalmente a ausência do acompanhamento das tarefas escolares da criança pela família, impede o avanço dos processos de aprendizagem na rede pública de ensino. Uma professora destacou a baixa frequência dos alunos à escola, sobretudo daqueles que demonstram mais dificuldades de aprendizagem, como uma situação vivenciada por todos os docentes e de difícil solução.

A ausência de uma adequada transição da educação infantil para o ensino fundamental foi outro elemento destacado pelas professoras como algo que impacta negativamente os processos de alfabetização das crianças. Para elas, ao mesmo tempo que a Secretaria Municipal de Educação não discute de forma clara sobre o papel da educação infantil nos processos de alfabetização, cobra que elas realizem tarefas com a língua escrita no 1º ano do ensino fundamental que não correspondem ao nível de desenvolvimento das crianças. Assim, convivem desde cedo com a pressão das avaliações de desempenho sem que a própria Secretaria aponte para os possíveis diálogos entre essas duas etapas escolares. Por fim, vale salientar que ao mencionarem os desafios e dificuldades enfrentados nos processos de alfabetização; em nenhum momento, as professoras fizeram qualquer menção às suas próprias práticas de alfabetização.

Quanto aos seus processos formativos, as professoras afirmaram que aprenderam o ofício de alfabetizar crianças com a experiência adquirida em sala de aula. Além da vivência em sala, ressaltaram a contribuição das formações continuadas oferecidas mensalmente pela Secretaria Municipal de Educação como importante para renovarem suas percepções e práticas de ensino. Antes de finalizar a reunião, conversamos um pouco sobre alfabetização e letramento, momento quando destacamos de forma breve os desafios e os enigmas que a criança enfrenta para se apropriar do sistema da escrita alfabética e a importância das mediações pedagógicas no seu desenvolvimento.

O segundo encontro aconteceu no dia 12 de maio, ocasião em que discutimos o primeiro texto da formação, de autoria de Magda Soares, sobre os conceitos de alfabetização e letramento. Nesse encontro percebemos um maior interesse e participação das professoras, o que nos trouxe alento quanto à nossa presença na escola. O objetivo do encontro

era deixar clara a diferença entre os conceitos e práticas de alfabetização e letramento e a forma interligada como devemos trabalhar essas duas dimensões de aprendizagem da língua escrita. Para abordar os referidos conceitos buscamos mostrar, de um lado, porque a escrita alfabética, enquanto sistema de representação ou de notação da cadeia sonora da fala, corresponde à aprendizagem de uma técnica ou tecnologia, sendo este o foco dos processos de ensino e aprendizagem que Magda Soares denomina propriamente de alfabetização e, de outro, como as atividades de uso da língua escrita, no caso, as práticas de letramento, participam e colaboram para o processo de alfabetização da criança. (SOARES, 2020, 2018)

Para uma melhor compreensão dos dois conceitos, comparamos a invenção da escrita alfabética, concebida como resultado de um longo processo histórico, com outras tecnologias da atualidade, a exemplo do celular, computador e, como tais, requerendo do sujeito aprendiz a compreensão tanto de seu funcionamento, enquanto técnica, quanto de seus usos sociais, relativo às práticas de letramento. Para demonstrar o nível de complexidade e abstração que envolve o aprendizado da língua alfabética para a criança, refizemos o percurso histórico das tecnologias criadas pelo homem para representar a língua verbal, como as escritas pictográficas e logográficas, chamando a atenção das professoras para a diferença colossal entre essas tecnologias de escrita (que representam o significado da palavra) e a escrita alfabética (que representam o significante da palavra).

No final do encontro uma das professoras comentou que só então tinha entendido a real diferença entre os dois conceitos, alfabetização e letramento, e compreendido o porquê da alfabetização representar o aprendizado de uma tecnologia, conhecimento que não havia ficado claro em suas formações continuadas anteriores. Outra professora observou que nossas reuniões equivalem a “verdadeiras aulas”, tendo em vista que todas estavam de fato elaborando novos conhecimentos sobre a alfabetização.

Retornamos à escola no dia 09 de junho, quando se deu o terceiro encontro com as professoras. Nesse dia, nosso diálogo foi sobre a natureza da escrita alfabética enquanto sistema de representação e ou sistema notacional. Para abordar a especificidade da escrita alfabética, discutimos a diferença entre sistema notacional e código linguístico (MORAIS, 2012), observando que o primeiro, diferentemente do segundo, exige a compreensão e não a memorização pela criança do princípio alfabético (as relações entre letras e fonemas). Ao abordar as características e regras de

um sistema notacional (MORAIS, 2012), voltamos a ressaltar a complexidade do processo que envolve a compreensão da escrita alfabética para a criança. Para isso, lemos e discutimos com as professoras a passagem do livro de Magda Soares, “Alfabetização: a questão dos métodos” (SOARES, 2018, p. 175), em que a autora, ao citar Vygotsky, refere-se à escrita alfabética como o aprendizado de um simbolismo de segunda ordem.

Segundo ele, a escrita é um *simbolismo de segunda ordem* - simboliza os sons da palavra, e não a ‘coisa’ a que esses sons, *simbolismo de primeira ordem*, se referem. Para aprender a escrita, a criança precisa ‘evoluir no sentido do simbolismo de segunda ordem’, e, para isso, ‘precisa fazer uma descoberta básica - a de que se pode desenhar, além de coisa, também a fala. (VYGOTSKY, 1984, p. 130-31)

No final da nossa conversa, uma das professoras comentou que apesar de ter participado de uma formação continuada com esta mesma temática, o encontro possibilitou uma maior clareza da diferença entre sistema notacional e código linguístico.

Além dessa discussão, um dos pontos positivos dessa terceira reunião foi a participação da nova coordenadora pedagógica da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. A coordenadora se apresentou como professora alfabetizadora e formadora do núcleo de formação continuada da Secretaria Municipal de Educação. Sem mostrar-se pretensiosa, destacou sua experiência e domínio de conhecimento no campo da alfabetização, referindo-se tanto às suas funções como alfabetizadora quanto formadora do ciclo alfabético. A autoconfiança no exercício do magistério, conforme relatou, surgiu da sua prática em sala de aula e das formações ao longo de sua carreira profissional. Além de graduada e especialista em Psicopedagogia, é mestre em Letras, com aprofundamento de estudos na área da Literatura Infantil.

O depoimento da coordenadora pedagógica foi importante para tecermos reflexões acerca do valor das formações docentes, a exemplo do que estávamos vivenciando em nossos encontros e das oportunidades que as trocas de experiências poderiam nos proporcionar, como a construção coletiva de um conjunto de procedimentos de alfabetização e letramento que servisse de apoio aos processos de ensino-aprendizagem junto às turmas do ciclo alfabético.

Lançada a ideia, percebemos o nítido interesse das professoras e que logo foi corroborado pela fala propositiva da coordenadora pedagógica a favor da construção coletiva de uma proposta de alfabetização.

Aquele seria o nosso último encontro antes do recesso escolar de julho, com previsão de retorno na segunda quinzena de agosto.

Reiniciamos nossos encontros com as professoras no dia 25 de agosto. Para retomar as discussões preparamos um material com a revisão dos tópicos discutidos nos encontros anteriores, a saber: os conceitos de alfabetização e letramento; o texto como eixo central da alfabetização na perspectiva do letramento; a escrita alfabética enquanto sistema notacional e sua apropriação pela criança, dentre outras questões abordadas. Feita a revisão geral dos tópicos, conversamos sobre a pertinência e contribuição dos estudos da psicogênese da língua escrita e dos estudos fonológicos (a consciência fonológica) como dois referenciais teóricos de suma importância para a ação pedagógica do professor alfabetizador na atualidade (SOARES, 2020, 2018 e MORAIS, 2019) e que seriam objetos de nossas conversas nos encontros subsequentes. Nessa ocasião, destacamos as discussões que Magda Soares traz a respeito da correlação entre os níveis de conceitualização da escrita, da consciência fonológica e o conhecimento das letras no processo de alfabetização da criança.

Sem que tivéssemos tempo de discorrer mais sobre o assunto, uma das professoras que atua no 1º ano do ensino fundamental perguntou se tínhamos uma fórmula para facilitar a aprendizagem das crianças em relação às letras do alfabeto, sendo este um dos desafios vividos por ela nas turmas de alfabetização. Observou que, apesar do uso que faz de materiais lúdicos, como o alfabeto móvel, o bingo das letras, dentre outros, permanecia lidando com essa dificuldade, sobretudo junto às crianças que demonstram atraso nos processos de alfabetização. O conhecimento das letras do alfabeto representa um dos dados que a Secretaria Municipal de Educação usa para avaliar o grau de desenvolvimento das crianças no 1º ano do ensino fundamental. Nesse sentido, ouvimos com frequência as professoras se referirem às suas crianças ora como NI (não identificam letras) ou como AP (apenas letras). Dado o adiantado da hora, propomos a retomada da questão referente ao ensino das letras do alfabeto para o encontro seguinte. A semelhança do ocorrido nos últimos encontros, as professoras a cada reunião se mostravam mais participativas e a vontade para discutir inclusive questões relacionadas às suas próprias práticas pedagógicas.

Iniciamos o quinto encontro, dia 08 de de setembro, retomando a pergunta da professora relativa às dificuldades das crianças com a aprendizagem das letras do alfabeto. Ressaltando o que havíamos dito no encontro anterior, observamos que a aprendizagem do sistema da escrita alfabética exige do professor trabalhar concomitantemente três

dimensões do desenvolvimento da criança: a consciência fonológica, o desenvolvimento cognitivo, relativo às hipóteses de escrita da criança, e o reconhecimento das letras do alfabeto (SOARES, 2018). Ao explicar o paralelismo entre esses três tipos de desenvolvimento, observamos que os problemas referentes à apreensão das letras poderiam estar ligados ao fato dessas serem trabalhadas de forma isolada das demais dimensões de aprendizagem da escrita, no caso, da consciência fonológica e das hipóteses de escrita da criança, aspecto que impediria, por exemplo, a compreensão da letra como representação da cadeia sonora da fala.

Observamos, outrossim, que trabalhar com as dificuldades de aprendizagem demanda do professor conhecer o histórico de aprendizagem das crianças. No caso, quem são os alunos que apresentam mais dificuldades de aprendizagem? Que histórico escolar apresentam? Como se dá a participação delas nas atividades de sala de aula? Como se percebem em relação aos demais colegas? Como e por quem são acompanhadas em casa? Em que nível de desenvolvimento da escrita se encontram? A título de exemplo, pedimos a professora que levantou a problemática das letras do alfabeto no encontro anterior que nos descrevesse uma de suas crianças com dificuldade de aprendizagem do alfabeto. Ao responder com o exemplo de uma criança pré-silábica, reforçamos nosso argumento de que o aprendizado das letras é algo mais estressante para um aluno que sequer compreendeu ou desconfia que existe uma relação entre grafia e sons da fala. À medida que uma criança não entende a função das letras, que estas representam a cadeia sonora da palavra, seu aprendizado acontecerá pela memorização mecânica e limitada desses signos. A partir desse exemplo provocamos mais uma vez as professoras a pensarmos juntas, propostas e procedimentos de alfabetização, observando que elas dispunham de uma vasta experiência na área e que estas poderiam ser resignificadas à luz das nossas discussões.

No sexto encontro, ocorrido no dia 29 de setembro, enfim, dedicamos o tempo da formação para conversamos sobre a construção coletiva de uma proposta de alfabetização que pudesse enriquecer e aperfeiçoar a ação pedagógica das professoras. A ideia proposta às docentes seria transformarmos nossos encontros formativos em momentos de elaboração de práticas fundamentadas no conceito de alfabetização e letramento. Antes de entrarmos diretamente na proposta faríamos uma breve discussão dos níveis de desenvolvimento da escrita, utilizando para isso a própria obra de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, a “Psicogênese da língua escrita” (1999), mais especificamente o capítulo “A evolução da escrita”, buscando chamar a atenção das professoras para dois aspectos:

as origens e características das hipóteses de escrita da criança, ou seja, o que define e a partir de que dados, informações ou vivências a criança elabora suas hipóteses de escrita e, o outro, os conflitos que as crianças vivenciam em cada etapa de desenvolvimento da escrita como resultado do confronto entre suas hipóteses internas e as informações que recebem do meio externo.

Vale ressaltar que grande parte dos professores alfabetizadores nunca leu a “Psicogênese da língua escrita” e possui um conhecimento pontual acerca dos níveis de desenvolvimento da criança, disso o valor da discussão para nossa proposta. Sugerimos também um debate em torno do conceito e papel das habilidades de consciência fonológica no processo de alfabetização da criança e sua relação com os níveis de desenvolvimento da escrita. Concluídos esses dois debates, o passo seguinte para darmos prosseguimento à proposta seria seguirmos as etapas e procedimentos de alfabetização que Magda Soares apresenta em sua obra “Alfaletrar” (2020), construída a partir de sua experiência em Lagoa Santa, município de Belo Horizonte.

Por fim, no sétimo encontro, ocorrido no dia 20 de outubro, iniciamos nossa conversa sobre os 5 níveis de desenvolvimento da escrita. Com o intuito de melhor fundamentar os estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberoski (1999), iniciamos uma breve conversa em torno dos 4 estágios de desenvolvimento de Piaget (sensório, simbólico, concreto e formal), destacando três importantes aspectos do pensamento do autor: primeiro, que o aprendizado da criança se constrói durante sua interação com objetos e pessoas; segundo, que suas descobertas são graduais, resultado dos conflitos que ela vivencia entre aquilo que já conhece do mundo e as novas informações e dados que o meio lhe oferece e, por fim; que os processos mentais mudam conforme a faixa etária e conforme o ambiente e os estímulos que a criança recebe. Mal concluímos nossa apresentação e as professoras já se mostravam bastante participativas, destacando situações vivenciadas por elas em sala de aula que refletiam processos de participação e elaboração das crianças. Tantas foram as trocas e relatos das professoras, que adiamos para o encontro seguinte as discussões em torno dos níveis de desenvolvimento da escrita.

Mais uma vez deixamos a escola, muito entusiasmadas, pois sentimos das professoras novamente a disposição para debatermos procedimentos de alfabetização a partir de suas práticas e das nossas discussões teóricas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contato até o momento com as professoras e a realidade escolar apontam para aspectos importantes e que merecem reflexões. Primeiro, que trabalhar com processos de formação continuada no ambiente escolar, mostra-se valioso porque possibilita discutir os problemas de ensino e aprendizagem de acordo com cada realidade escolar. Segundo, porque possibilita a construção de uma relação mais horizontal entre formadores e professores e voltada para as reais demandas e interesses profissionais dos docentes. Um terceiro aspecto a pontuar é o aprendizado mútuo entre formadores e professores, visto que a complexidade e a intensidade de fatores que caracterizam a rotina de uma escola da rede pública de ensino nos leva frequentemente a reavaliar e adaptar nossas experiências e expectativas de formação docente. Por fim, vale ressaltar os momentos ricos de diálogos e de trocas em torno dos processos de alfabetização das crianças que os encontros formativos oportunizam a todos nós, formadoras, professoras, coordenadora pedagógica e gestora escolar.

Apesar de atuarem em uma mesma unidade escolar, percebemos que as professoras continuam solitárias em suas atividades de planejamento e ensino e, o mais delicado, absorvendo e tomando para si os problemas de aprendizagem das crianças, avolumados sobretudo com a pressão das avaliações externas de desempenho escolar. Em nosso projeto de extensão ouvimos com frequência das professoras relatos sobre a importância das formações continuadas que recebem da Secretaria Municipal de Educação, incluindo também as ministradas pelos profissionais das editoras privadas responsáveis pelo livro didático adotado pela rede municipal de ensino, mesmo que estas se limitem a encontros mensais ou bimestrais. Todavia, o que fica claro em suas falas é a ausência de uma compreensão mais efetiva de como adequar de forma sistemática os conceitos e conhecimentos recebidos nestas formações, de modo que transpareçam em ações pedagógicas mais autônomas por parte do professor. Em vista disso, reafirmamos o valor do diálogo e das trocas no ambiente escolar como fatores que impactam positivamente na qualidade da formação continuada do professor e, conseqüentemente, nos processos de aprendizagem dos alunos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maély Estefania Ruth Monteiro; CABRAL, Giovanna Rodrigues, GOULART, Ilsa do Carmo Vieira. (Des) Continuidades nos documentos federais norteadores das políticas para a área da alfabetização. **Revista Brasileira de Alfabetização**, n. 17, 2022. Disponível em: file:///Users/monicafarias/Downloads/610-Texto%20do%20Artigo-1595-1-10-20220705%20(3).pdf. Acesso em: 04 maio 2022.

COSTA, Deane Monteiro Vieira. O programa de alfabetização do estado do Ceará que inspirou o Pacto pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e seu ideário político de avaliação externa. **Revista Brasileira de Alfabetização - ABALF**, v. 1, n. 23, p. 15-27, jan./jul. 2016. Disponível em: file:///Users/monicafarias/Downloads/111 - Texto%20do%20Artigo-203-2-10-20190319%20(2).pdf. Acesso em: 04 de agosto de 2022.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed 1999.

MORAIS, Artur Gomes de. Políticas e práticas de alfabetização no Brasil, hoje: precisamos continuar resistindo e aprendendo com Paulo Freire. **Revista Brasileira de Alfabetização**, n. 16 (Edição Especial), 2022. Disponível em: file:///Users/monicafarias/Downloads/584-Texto%20do%20Artigo-1487-1-10-20220324%20(2).pdf. Acesso em: 02 maio 2022.

MORAIS, Artur Gomes. Consciência fonológica na educação infantil e no ciclo alfabetização. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MORAIS, Artur de Gomes. Sistema de escrita alfabética. São Paulo: Melhoramentos, 2012. OLIVEIRA, Cristiano José; ALMEIDA, Luana Costa. Formação continuada no PAIC: evidências de praticismo em debate. **Educação: Teoria e Prática**, v. 29, n. 60, p. 26-46, 2 abr. 2019. DOI: 10.18675/1981-8106. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/12474>>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

PASQUALETTE, Raphael Barata. **A participação privada na educação pública: modelos e oportunidades**. Monografia apresentada ao Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) para a obtenção do Título de Bacharel em Direito, 2018.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamane. A criança na fase inicial da escrita. 12. ed. - São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2008 (Coleção passando a limpo).

SOARES, Becker Magda. Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e escrever. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

SOARES, Magda. Alfabetização: a questão dos métodos. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SOARES, Magda Becker e Batista, Antônio Augusto G. Alfabetização e letramento: caderno do professor. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

TEIXEIRA, Liziana Arâmbula; SILVA, Thaise da. Programas de Formação de Professores Alfabetizadores: do PROFA à Política Nacional de Alfabetização – PNA. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 665–679, 2021. DOI: 10.14393/REPOD-v10n2a2021-60397. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/60397>. Acesso em: 02 maio 2022.